

POLICLINICA NAVAL NOSSA SENHORA DA GLORIA

Estudo Técnico Preliminar 9/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 63065.000269/2026-07

2. Descrição da necessidade

Art. 9º, I, da IN SEGES/ME Nº 58/2022 - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.

2.1. O Complexo Centro Médico Assistencial da Marinha/Policlínica Naval Nossa Senhora da Glória (CMAM/PNNSG), encontra-se localizado na Rua Conde de Bonfim, nº 54, Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, remonta sua criação na década de 50, contando com quase 75 anos desde a sua construção, sendo composto por quatro edificações principais — Prédio Hospitalar, Prédio Administrativo, Prédio de Serviços Auxiliares e Prédio de Serviços Gerais — além de estruturas complementares, como a laje de cobertura anexa ao prédio hospitalar, a passarela de interligação e a escada de ligação entre o Prédio Administrativo e o Hospitalar. Nas instalações do Complexo são realizados atendimentos médicos e odontológicos, além de exames laboratoriais (coleta de material biológico) e de imagem (Raio-X, mamografia, etc), entre outros serviços colocados à disposição dos usuários do Sistema de Saúde da Marinha (SSM). Os elevadores utilizados para os deslocamentos verticais apresentam problemas devido as suas avançadas idades (mais de 20 anos), suas obsolescências e à ausência de peças de reposição (fabricação descontinuada).

2.2. Diante das necessidades observadas, foi solicitada à Diretoria de Obras Civas da Marinha (DOCM) uma vistoria técnica para avaliação, a fim de identificar problemas existentes e propor soluções técnicas adequadas, resultando na emissão de um Laudo de Vistoria (LV) cujas ações recomendadas direcionaram para a modernização ou a substituição integral dos equipamentos. A demanda foi aprovada pela Alta Administração Naval, via Conselho do Plano Diretor (COPLAN) — o COPLAN é um Órgão consultivo, de caráter permanente, que tem o propósito de assessorar o Comandante da Marinha no trato dos assuntos relacionados com o Ciclo de Planejamento do Sistema do Plano Diretor.

2.3. Nesse sentido, a Policlínica Naval Nossa Senhora da Glória solicitou à DOCM a elaboração do Projeto Básico de Engenharia tendo como propósito definir os serviços de engenharia necessários à adaptação tecnológica (modernização) e manutenção integral dos elevadores, as normas de execução e os procedimentos que deverão orientar a futura execução dos serviços, garantindo a conformidade com as diretrizes técnicas, funcionais, legais e econômicas estabelecidas pela própria DOCM e pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), encaminhando os documentos técnicos a fim de compor o Processo licitatório, bem como a devida Assessoria Técnica necessária, estando elencado nos serviços oferecidos por aquela Diretoria Especializada (DE).

2.4. Diante disso, justificando-se a essencialidade e o interesse público da referida demanda, tendo em vista ser indispensável a modernização dos elevadores, principalmente visando oferecer segurança aos pacientes, tripulação e prestadores de serviço, além de reduzir custos de manutenção e buscar, no que for possível, o atendimento das normas técnicas vigentes, preservando e valorizando com isso o patrimônio da União, proporcionando a diminuição do consumo de Energia Elétrica, a melhoria na qualidade dos serviços disponibilizados aos usuários do Sistema de Saúde da Marinha (SSM), refletindo em resultados positivos para a sua atividade-fim.

2.5. Dessa forma será realizado procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, que objetiva a contratação de empresa de engenharia para a prestação de serviço comum de engenharia de modernização de 1 (um) elevador de passageiros com 3 (três) paradas e 1 (um) elevador monta carga com 2 (duas) paradas, nas dependências do Complexo Centro Médico Assistencial da Marinha/Policlínica Naval Nossa Senhora da Glória (CMAM/PNNSG).

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Policlínica Naval Nossa Senhora da Glória - Departamento de Administração	Capitão de Corveta (RM1-AA) Artur Soares da Silva

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Art. 9º, II, da IN SEGES/ME Nº 58/2022 - descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade.

4.1. De modo a cumprir os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de serviços pela Administração Pública Federal, caberá à Contratada adotar as seguintes ações:

4.1.1. Utilizar produtos de limpeza e conservação biodegradáveis que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

4.1.2. Observar e aplicar, no que se refere ao Objeto, a Resolução CONAMA nº 20, de 07DEZ1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

4.1.3. Observar que, em nenhuma hipótese, a Contratada não poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por lei, bem como em áreas não licenciadas;

4.1.4. Cumprir a Resolução CONAMA nº 20, de 18JUN1986, e as leis ambientais locais quanto ao descarte de efluentes de Ensaio Não Destrutivo (END), tratamento, pintura e embalagens vazias. Preferencialmente, utilizar produtos de fabricantes que possuem as Normas da série ISO no 14000 e programas de reciclagem ou recolhimento dos produtos;

4.1.5. Fazer uso no local de madeira de procedência legal;

4.1.6. Orientar à mão de obra que esta deverá utilizar métodos e medidas de economia de água e energia elétrica, bem como regular corretamente os equipamentos de trabalho, de acordo com os serviços a realizar, principalmente máquinas de solda e corte, cuja regulação mal feita desperdiça energia elétrica e consumíveis;

4.1.7. Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para a execução;

4.1.8. Observar as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) e as Normas/Certificações da série ISO no 14000 da Organização Internacional para Normalização (*International Organization for Standardization*), relativas a sistemas de gestão ambiental;

4.1.9. Enquadrar a utilização de equipamento(s)/componentes que geram ruídos em seu funcionamento, em cumprimento à norma vigente aplicável, por se tratar de local próximo de construção com ocupação fixa humana;

4.1.10. Observar que já está previsto nesta Especificação que a execução dos serviços deverá obedecer às normas da ABNT e a esta própria Especificação;

4.1.11. Fornecer e instruir os funcionários quanto ao uso de equipamentos de segurança que se fizerem necessários, o que é previsto nesta Especificação, no subitem Segurança do Trabalho e Primeiros Socorros;

4.1.12. Utilizar madeira de procedência legal, na hipótese de a empresa fazer uso de barracão de madeira, como alternativa ao uso de *container*, no local dos serviços.

A Contratada deverá atender às determinações da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2014, do MPOG, a qual dispõe sobre as regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal (APF) direta, autárquica e fundacional, e uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) nos projetos e respectivas edificações públicas federais novas ou que recebam *retrofit*.

Da Adequação da Modalidade Licitatória.

4.2. Da participação de cooperativas.

4.2.1. Segundo o art. 16 da Lei nº 14.133/21 e a Súmula 281 do TCU, é vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade; e

4.2.2. Da participação de empresas em consórcio.

Conforme Art. 9º, I, “a”, e art. 15 da Lei nº 14.133/21, não será admitida a participação de empresas em consórcio, uma vez que o objeto da presente licitação não contempla a aquisição de bens de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica, em que empresas, isoladamente, não tenham condições de suprir os requisitos de habilitação do Edital.

5. Levantamento de Mercado

Art. 9º, III, da IN SEGES/ME Nº 58/2022 - levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções.

5.1. A elaboração do orçamento baseou-se nos quantitativos fornecidos pela projetista e os custos unitários de referência no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, disponibilizada via internet pela CEF, conforme preceitua o Decreto nº 7.983 de 2013. Para os itens que não existem nas bases SINAPI nem no Portal de Compras Governamentais, foram adotadas tabelas referenciais de reconhecido renome, considerando a adequação dos quantitativos, dos coeficientes de produtividade e a compatibilidade dos valores dos insumos e da mão de obra com a realidade do local da execução do contrato. Na pesquisa de mercado para itens do orçamento não contemplados no SINAPI, foram adotadas as diretrizes da IN SEGES/ME nº 73, de 2020, conforme documentos juntados aos autos - PE.1.65704.024.023.24 - Contratação de empresa para prestação de serviços de Modernização de 1 (um) elevador de passageiros com 3 (três) paradas e 1 (um) elevador monta-carga com 2 (duas) paradas da Policlínica Nossa Senhora da Glória (PNNSG). Foram observadas as diretrizes da IN nº 73/2020 para a elaboração do Mapa de Preços.

6. Descrição da solução como um todo

Art. 9º, IV, da IN SEGES/ME Nº 58/2022 - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução.

6.1. A descrição da solução como um todo abrange o fornecimento e instalação de todos os materiais e equipamentos, incluindo toda a mão de obra necessária para a perfeita execução dos serviços descritos na Especificação Técnica do Projeto Básico Nº PE. 1.65704.029.ESP.001.25, Apêndice III do termo de referência. O Projeto Básico atende as Normas e Procedimentos Técnicos Administrativos para o Processo de Obtenção de Instalações Terrestres por Meio da Execução de Obras Cíveis, DGMM-0600 (4ª Revisão), que apresenta subsidiariamente os conceitos da orientação técnica OT-IBR 001/2006 do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP), em conformidade com que preceitua o Tribunal de Contas da União (TCU), em seu Acórdão nº 632/2012.

6.2. O histórico de pesquisas de mercado apontou que preços mais atraentes poderiam advir do parcelamento de pagamento. Esta medida visa, portanto, reduzir os custos totais do contrato, obter propostas mais vantajosas e otimizar o uso dos recursos financeiros desta Administração, que estão cada vez mais escassos. O parcelamento de pagamento está alinhado com os princípios da eficiência, economicidade e busca pelo interesse público, contribuindo para a sustentabilidade financeira da Administração.

6.3. A liberação do pagamento à CONTRATADA obedecerá o cronograma físico-financeiro, Apêndice II do Termo de Referência.

Da vistoria para a licitação:

6.4. A Contratada, ainda como Licitante, deverá estudar toda a documentação fornecida e vistoriar, previamente, o local onde serão executados os serviços, pois será considerada como perfeita conhecedora das dificuldades que poderão vir a enfrentar ou das facilidades que poderá dispor. Tal exigência se faz necessária devido à complexidade da execução.

6.5. Para correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a Licitante poderá realizar vistoria nas instalações, acompanhada por servidor designado pela OM, devendo o agendamento ser efetuado previamente por telefone.

6.6. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Art. 9º, V, da IN SEGES/ME Nº 58/2022 - estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.

7.1. Trata-se da contratação de empresa especializada para execução de todos os projetos executivos que se fizerem necessários para a perfeita execução dos serviços de instalações mecânicas, incluindo, serviço de modernização e manutenção integral de 1 (um) elevador de passageiros com 3 (três) paradas e 1 (um) elevador monta-carga com 2 (duas) paradas na Policlínica Naval Nossa Senhora da Glória (PNNSG), localizado na rua Conde de Bonfim nº 54, Tijuca, Rio de Janeiro/RJ conforme serviços indicados abaixo:

7.1.1. Modernização de 1 (um) elevador de passageiros com 3 (três) paradas;

7.1.2. Modernização de 1 (um) elevador montacarga com 2 (duas) paradas;

7.1.3. Manutenção dos referidos elevadores ainda não modernizados até o fim do contrato; e

7.1.4. Recomposição de itens danificados durante a execução dos serviços e testes de funcionamento.

7.2 A parcela do serviço com maior relevância técnica e/ou valor significativo da contratação é o serviço de modernização tecnológica dos elevadores supracitados para a quantidade de paradas de pavimento informadas.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 897.220,59

Art. 9º, VI, da IN SEGES/ME Nº 58/2022 - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação.

8.1. A elaboração do orçamento baseou-se nos quantitativos fornecidos pelos respectivos projetistas e os custos unitários de referência no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, disponibilizada via internet pela CEF, conforme preceitua o Decreto nº 7.983 de 2013. Para os itens que não existem nas bases SINAPI nem no Portal de Compras Governamentais, esta Diretoria adotou tabelas referenciais de reconhecido renome, considerando a adequação dos quantitativos, dos coeficientes de produtividade e a compatibilidade dos valores dos insumos e da mão de obra com a realidade do local da execução do contrato. A planilha sintética e a analítica encontram-se nos Anexos I e II do orçamento de referência, respectivamente. Em conformidade ao disposto no Art. 6º do Dec. nº 7.983/2013, a Diretoria de Obras Civas da Marinha utilizou as seguintes referências:

Data-base	Base de Dados
ABR25	Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI-RJ)
ABR25	Sistema de Custos de Obra da Prefeitura do Rio de Janeiro (SCO)
FEV25	Orçamento de Obras de Sergipe (ORSE)
JAN25	Sistema de Custos Referenciais de Obra do DNIT (SICRO-RJ)
JUN25	Pesquisa de mercado (MERC) - (consta no Apêndice VI deste Orçamento)

8.2. O resultado consolidado está apresentado no Mapa Comparativo de Preços, documento constante dos autos do processo administrativo.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Art. 9º, VII, da IN SEGES/ME Nº 58/2022 - justificativas para o parcelamento ou não da solução

9.1. Não deverá ser permitido o parcelamento do objeto por se tratar de serviço a ser realizado por empresa especializada, escolhida mediante apresentação da Certidão de Acervo Técnico (CAT), que comprove experiência profissional da CONTRATADA em serviços de obra de características semelhantes, não sendo, portanto, divisível e/ou permitida a subcontratação integral do objeto.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Art. 9º, VIII, da IN SEGES/ME Nº 58/2022 - contratações correlatas e/ou interdependentes

10.1. Contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal. Já as contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas juntamente com o objeto principal para sua completa prestação. No caso da presente licitação, há contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Art. 9º, IX, da IN SEGES/ME Nº 58/2022 - demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, de modo a indicar o seu alinhamento com o instrumentos de planejamento do órgão ou entidade.

11.1. O objeto desta contratação está previsto no PCA referente ao ano de 2026 desta Organização Militar.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Art. 9º, X, da IN SEGES/ME Nº 58/2022 - demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis

12.1. O resultado pretendido com a execução do serviço de manutenção e modernização dos elevadores é a melhoria geral do desempenho, segurança, eficiência, conforto e funcionalidade dos equipamentos. Isso envolve a conformidade com regulamentações de segurança, economia de energia, desempenho otimizado, acessibilidade melhorada e prolongamento da vida útil. A modernização/manutenção também busca minimizar paradas não planejadas, resultando em elevadores mais seguros, eficientes e funcionais. Garantir que os elevadores estejam em conformidade com as regulamentações de segurança mais recentes, reduzindo o risco de acidentes e incidentes, redução do consumo de energia e dos custos operacionais, otimização do desempenho, prevenir falhas inesperadas minimizando o impacto negativo nas operações diárias.

12.2. Em complemento, espera-se que a contratação cumpra os requisitos necessários ao desenvolvimento nacional sustentável.

13. Providências a serem Adotadas

Art. 9º, XI, da IN SEGES/ME Nº 58/2022 - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, tais como adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual

13.1. Os serviços envolvidos, principalmente os levantamentos preliminares previstos, deverão ocorrer com o mínimo impacto nas atividades administrativas, sendo assim, será necessário por parte da contratada antever e preparar as devidas instalações para a execução dos serviços, além de garantir capacitação da fiscalização.

13.2. Trata-se de serviço especializado que demanda profissionais capacitados em instalação/manutenção de elevadores. No entanto, para que a contratação atenda às necessidades da unidade, haverá servidores para acompanhar a fiscalização do contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Art. 9º, XII da IN SEGES/ME Nº 58/2022 - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.

14.1. A execução do serviço de manutenção e modernização dos elevadores pode ter impactos ambientais tanto positivos quanto negativos. Entre os impactos negativos podem ser citados a geração de resíduos; o consumo de recursos na produção de novos componentes; perturbações temporárias durante a execução do serviço como ruídos, vibrações e geração de poeira; deslocamento e transporte de materiais gerando emissões; e o uso de produtos químicos como solventes e tintas durante o processo de manutenção e modernização podendo causar poluição do ar e do solo se não forem manuseados e descartados adequadamente.

14.2. De modo a cumprir os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços pela Administração Pública Federal, caberá à Contratada adotar as ações listadas no item 3 da Especificação Técnica.

14.3. Todo entulho, restos de materiais e lixo produzidos pela execução do serviço é de responsabilidade da CONTRATADA o correto descarte obedecendo as normas. É, ainda, responsabilidade da CONTRATADA, o gerenciamento dos resíduos ou rejeitos decorrentes dos serviços desta contratação, conferindo-lhe destinação e disposição finais ambientalmente adequadas.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, a equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ARTUR SOARES DA SILVA

Membro da comissão de contratação

Despacho: Aprovo o presente documento:

RICARDO SILVA GUIMARAES

Autoridade competente